

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI CM n.º /2026 que
Institui o Canal Municipal de Denúncia de
Descarte Irregular de Resíduos Sólidos
no Município de Santo André, garantindo
sigilo e anonimato ao denunciante, e dá
outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ APROVA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Santo André, o **Canal Municipal de Denúncia de Descarte Irregular de Resíduos Sólidos**, vinculado ao Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André – SEMASA.

Art. 2º O Canal Municipal de Denúncia tem por finalidade receber, registrar e encaminhar denúncias relacionadas ao descarte irregular de resíduos sólidos em vias públicas, áreas verdes, terrenos baldios ou quaisquer locais não autorizados pelo Poder Público.

Art. 3º O Canal de Denúncia deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes meios de acesso à população:

- I – atendimento telefônico;
- II – formulário eletrônico em plataforma digital;
- III – aplicativo oficial do Município, quando houver;
- IV – atendimento presencial, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 4º Será assegurado ao denunciante:

- I – o sigilo de seus dados pessoais;
- II – a possibilidade de realizar denúncia de forma anônima;
- III – o recebimento de número de protocolo para acompanhamento, quando identificado.

Art. 5º Caberá ao SEMASA o registro, a triagem e o encaminhamento das denúncias aos setores competentes, bem como a adoção das providências administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber, especialmente quanto aos procedimentos operacionais do Canal de Denúncia.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Justificativa

O descarte irregular de resíduos sólidos continua sendo um dos principais desafios ambientais e urbanos do Município de Santo André, afetando a qualidade de vida da população, a saúde pública e o meio ambiente. Embora existam normas que disciplinem a destinação correta dos resíduos, é fundamental fortalecer os instrumentos de participação popular e comunicação direta com o Poder Público.

A criação de um **Canal Municipal de Denúncia**, centralizado e acessível, permitirá maior agilidade no recebimento de informações, ampliará a capacidade de resposta do Município e estimulará a colaboração dos cidadãos no combate a práticas irregulares. O sigilo e a possibilidade de anonimato são essenciais para garantir segurança ao denunciante e aumentar a efetividade do mecanismo.

A presente proposta não cria novas penalidades nem altera a legislação existente, atuando de forma complementar às normas já vigentes, ao estabelecer um instrumento permanente de escuta, registro e encaminhamento de denúncias, contribuindo para uma cidade mais limpa, organizada e ambientalmente responsável.

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 29 de janeiro de 2026

Ver. Dandan

VEREADOR

